



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Individuais e Consolidadas

30 de Junho de 2022



ALIANÇA
A nova geração de energia

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e apresentação	14
3 Caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações financeiras	15
5 Contas a receber	15
6 Investimentos	16
7 Imobilizado	18
8 Intangível	20
9 Fornecedores	22
10 Tributos a recolher sobre o lucro	23
11 Concessões a pagar	25
12 Financiamentos e debêntures	26
13 Provisão para compromissos futuros	28
14 Processos judiciais	28
15 Patrimônio líquido	30
16 Receita líquida	31
17 Custos e despesas operacionais	33
18 Receitas e despesas financeiras	34
19 Transações com partes relacionadas	35
20 Instrumentos financeiros	35
21 Cobertura de seguros	42
22 Compromissos	42
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	43
24 Eventos subsequentes	43



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e
Diretores da **Aliança
Geração de Energia S.A.**
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia

S.A. (“Companhia”) em 30 de junho de 2022, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria.



Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 30 de junho de 2022, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de junho de 2022, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas


Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	483.620	274.232	630.285	378.108
Aplicações financeiras	4	191.079	140.378	199.251	166.541
Contas a receber	5	108.699	105.166	115.530	119.406
Estoques		13.296	11.610	14.382	12.696
Tributos a recuperar		40.887	39.893	45.289	44.458
Dividendos a receber	19	29.165	7.305	-	-
Outros valores a receber		43.380	5.912	43.725	6.551
Total do ativo circulante		910.126	584.496	1.048.462	727.760
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	13.099	12.401
Tributos a recuperar		-	-	3.496	3.496
Depósitos vinculados a litígios	14.b	7.544	7.086	7.555	7.096
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	155.432	148.922	155.432	148.922
Outros valores a receber		861	22.850	861	22.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	466	-
Investimento	6	1.259.192	1.077.079	-	-
Imobilizado	7	1.306.795	1.341.320	2.618.791	2.466.671
Intangível	8	650.078	671.359	680.740	702.808
Total do ativo não circulante		3.379.902	3.268.616	3.480.440	3.364.245
Total do ativo		4.290.028	3.853.112	4.528.902	4.092.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	28.424	57.943	43.214	69.538
Salários e encargos a pagar		10.658	12.457	10.656	12.458
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.195	6.375	10.190	7.960
Tributos a recolher sobre o lucro	10	20.576	-	21.575	1.718
Concessões a pagar	11	39.707	32.013	39.707	32.013
Financiamentos e debêntures	12	134.172	90.427	145.116	101.306
Arrendamentos		1.371	1.454	2.540	2.517
Encargos regulatórios a recolher		33.620	5.921	33.648	5.951
Provisão para compromissos futuros	13	16.901	18.217	17.289	18.661
Dividendos a pagar	15.a	220.000	505.836	220.000	505.836
Outros passivos		11.104	3.786	11.101	3.784
Total do passivo circulante		524.728	734.429	555.036	761.742
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	242.554	250.274	242.554	250.274
Financiamentos e debêntures	12	730.509	514.096	912.387	700.351
Arrendamentos		2.482	2.741	15.791	14.894
Encargos regulatórios a recolher		1.446	28.699	1.446	28.699
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	273.919	240.323	273.919	239.828
Provisão para compromissos futuros	13	63.483	67.388	76.835	81.055
Provisões para processos judiciais	14	164.615	157.257	164.642	157.257
Total do passivo não circulante		1.479.008	1.260.778	1.687.574	1.472.358
Total dos passivos		2.003.736	1.995.207	2.242.610	2.234.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Reserva de lucros		285.835	-	285.835	-
Lucros acumulados		142.552	-	142.552	-
Total do patrimônio líquido		2.286.292	1.857.905	2.286.292	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.290.028	3.853.112	4.528.902	4.092.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
RECEITA LÍQUIDA	16	513.880	486.208	552.835	526.262
Energia elétrica comprada para revenda		(103.784)	(78.403)	(106.707)	(83.355)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(36.874)	(28.328)	(42.820)	(30.369)
Depreciação e amortização		(65.090)	(66.814)	(79.489)	(81.583)
Outros custos com geração de energia		(52.396)	(42.040)	(58.701)	(46.482)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(258.144)	(215.585)	(287.717)	(241.789)
LUCRO BRUTO		255.736	270.623	265.118	284.473
Despesas gerais e administrativas		(20.576)	(15.927)	(22.539)	(18.076)
Outras (despesas) receitas operacionais		(585)	(448)	(585)	(624)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	4.215	5.175	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(16.946)	(11.200)	(23.124)	(18.700)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		238.790	259.423	241.994	265.773
Receitas financeiras	18	26.241	11.547	34.780	15.670
Despesas financeiras	18	(51.096)	(31.758)	(61.107)	(39.985)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	213.935	239.212	215.667	241.458
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(37.787)	(78.254)	(39.490)	(80.366)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(33.596)	(1.264)	(33.625)	(1.398)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		142.552	159.694	142.552	159.694
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,11	0,12	0,11	0,12
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/04/2022	01/04/2021	01/04/2022	01/04/2021
		a	a	a	a
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
RECEITA LÍQUIDA	16	257.737	224.074	277.201	241.708
Energia elétrica comprada para revenda		(38.763)	(36.741)	(41.048)	(40.259)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(18.190)	(14.111)	(21.652)	(15.131)
Depreciação e amortização		(32.569)	(33.118)	(39.593)	(40.498)
Outros custos com geração de energia		(26.728)	(23.120)	(30.209)	(26.015)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(116.250)	(107.090)	(132.502)	(121.903)
LUCRO BRUTO		141.487	116.984	144.699	119.805
Despesas gerais e administrativas		(10.428)	(8.521)	(11.232)	(9.757)
Outras (despesas) receitas operacionais		(258)	(230)	(257)	(318)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	900	(1.252)	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(9.786)	(10.003)	(11.489)	(10.075)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		131.701	106.981	133.210	109.730
Receitas financeiras	18	16.515	6.279	21.294	8.586
Despesas financeiras	18	(26.393)	(16.323)	(31.654)	(20.449)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	121.823	96.937	122.850	97.867
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(22.398)	(35.195)	(23.387)	(36.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(18.758)	1.939	(18.796)	1.922
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		80.667	63.681	80.667	63.681
Lucro líquido por ação – R\$	15.b	0,06	0,05	0,06	0,05
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.b	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022	01/01/2021	01/01/2022	01/01/2021
	a	a	a	a
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	142.552	159.694	142.552	159.694
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	142.552	159.694	142.552	159.694

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2022	01/04/2021	01/04/2022	01/04/2021
	a	a	a	a
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	80.667	63.681	80.667	63.681
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	80.667	63.681	80.667	63.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	159.694	159.694
Em 30 de junho de 2021		1.291.488	566.417	-	159.694	2.017.599
Em 31 de dezembro de 2021		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	142.552	142.552
Constituição de reserva de lucros	15.a	-	-	285.835	-	285.835
Em 30 de junho de 2022		1.291.488	566.417	285.835	142.552	2.286.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		142.552	159.694	142.552	159.694
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	7 e 8	66.790	63.723	79.969	82.207
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	2.497	86	1.988	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	(4.365)	(5.351)	-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		51.117	35.630	62.222	43.844
Imposto de renda e contribuição social		71.383	79.518	73.115	81.764
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		90	2.785	90	2.785
Provisões para processos judiciais		848	28.023	875	28.023
		330.912	364.108	360.811	398.317
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		(3.533)	12.356	3.876	39.500
Tributos a recuperar		15.737	1.167	16.945	14.582
Depósitos judiciais	14.b	(412)	718	(413)	718
Dividendos recebidos		-	23.757	-	-
Outros ativos		(17.255)	(3.511)	(16.960)	(3.348)
Fornecedores		(29.519)	(19.887)	(26.324)	(20.524)
Salários e encargos a pagar		(1.799)	(2.191)	(1.802)	(2.191)
Tributos e contribuições sociais		(25.552)	1.383	(27.266)	(14.473)
Provisão para compromissos futuros	13	(11.018)	(8.267)	(11.018)	(8.181)
Outros passivos		7.615	769	7.614	794
		(65.736)	6.294	(55.348)	6.877
Caixa gerado pelas operações		265.176	370.402	305.463	405.194
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.570)	(92.626)	(7.913)	(92.626)
Juros pagos	12	(14.814)	(1.455)	(22.863)	(8.498)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		243.792	276.321	274.687	304.070
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(9.870)	(7.130)	(169.049)	(118.934)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(159.202)	(106.469)	-	-
Aplicações financeiras		(50.701)	(88.201)	(33.408)	(88.249)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(219.773)	(201.800)	(202.457)	(207.183)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(10.880)	(626)	(15.871)	(5.738)
Pagamentos de arrendamentos		(766)	(746)	(1.247)	(1.289)
Pagamento de concessões	11	(36.075)	(26.623)	(36.075)	(26.623)
Pagamento de dividendos		-	(209.999)	-	(209.999)
Financiamentos obtidos	12	233.090	262.930	233.140	262.930
Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades de financiamento		185.369	24.936	179.947	19.281
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		209.388	99.457	252.177	116.168
No início do exercício		274.232	311.441	378.108	385.220
No fim do período		483.620	410.898	630.285	501.388
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		209.388	99.457	252.177	116.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas		593.811	562.442	642.184	611.105
Venda de energia	16	593.249	561.939	641.622	610.602
Outras receitas		562	503	562	503
Insumos adquiridos de terceiros		(135.926)	(104.296)	(146.523)	(115.217)
Custos com aquisição de energia para revenda	17	(103.784)	(78.403)	(106.706)	(83.355)
Serviços de Terceiros		(26.034)	(23.862)	(33.684)	(29.815)
Materiais		(6.108)	(2.031)	(6.133)	(2.047)
Outros custos operacionais:		(65.089)	(51.422)	(72.763)	(55.102)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão		(36.874)	(28.328)	(42.819)	(30.369)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16	(11.737)	(9.217)	(11.737)	(9.217)
Encargos regulatórios		(7.112)	(6.790)	(7.281)	(6.953)
Outros		(9.366)	(7.087)	(10.926)	(8.563)
Valor adicionado bruto		392.796	406.724	422.898	440.786
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(66.790)	(68.520)	(79.969)	(82.205)
Valor adicionado líquido		326.006	338.204	342.929	358.581
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	6	4.215	5.175	-	-
Receitas financeiras	18	26.241	11.547	34.780	15.670
Valor adicionado a distribuir		356.462	354.926	377.709	374.251
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		28.700	22.873	28.701	22.875
Remuneração direta		23.450	18.948	23.450	18.948
Benefícios		4.282	3.084	4.283	3.086
FGTS		968	841	968	841
Impostos, taxas e contribuições		133.131	139.808	144.114	150.502
Federais		125.705	131.429	129.513	135.812
Estaduais		7.331	8.291	14.504	14.602
Municipais		95	88	97	88
Remuneração de capitais de terceiros		52.079	32.551	62.342	41.180
Juros		50.682	31.440	59.799	39.140
Aluguéis		983	794	1.235	1.196
Outras despesas financeiras		414	317	1.308	844
Remuneração de capitais próprios		142.552	159.694	142.552	159.694
Dividendos retidos		142.552	159.694	142.552	159.694
Valor adicionado distribuído		356.462	354.926	377.709	374.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW. Desse total, (i) 1.158 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW médios, e (ii) 99 MW por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46 MW médios a P90; e (iii) 180 MW em implantação por meio da expansão do Complexo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e 3 parques eólicos no Rio Grande do Norte. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	85	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	182	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	154	Nov/42
Amador Aguiar I ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	132	Jan/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	62	Jul/32 ³
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	134	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	65	Jul/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Processo ANEEL em andamento, os cálculos serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

³ Não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, considerado o vencimento da concessão atual.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" - identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Em 25 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de março de 2022. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Principais políticas contábeis

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a. NORMAS E ALTERAÇÕES APLICÁVEIS À COMPANHIA A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2022

A partir de 01 de janeiro de 2022, estão vigentes os seguintes pronunciamentos:

- **Revisão de Pronunciamentos no 19:** Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios (IFRS 3), CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37), CPC 27 – Ativo imobilizado (IAS 16), CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola (IAS 41), CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9).
Correlações com IAS: *Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework*
- **Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos antes do uso pretendido:** As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	770	1.009	772	1.174
Recursos mantidos em aplicações financeiras	482.850	273.223	629.513	376.934
	483.620	274.232	630.285	378.108

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% até 115% em 30 de junho de 2022 (85% e 110% em 31 de dezembro de 2021), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladoras a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Recursos mantidos em aplicações financeiras	191.079	140.378	199.251	166.541
Caixa restrito	-	-	13.099	12.401
	191.079	140.378	212.350	178.942
Ativo circulante	191.079	140.378	199.251	166.541
Ativo não circulante	-	-	13.099	12.401
	191.079	140.378	212.350	178.942

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% e 115% em junho de 2022 (102,25% e 110,00% em 31 de dezembro 2021) conforme definido na contratação de cada operação.

Já as aplicações financeiras de longo prazo são compostas por FIC - DI, que remuneram a cota final de 3,09 em 30 de junho de 2022 (2,93 em 31 de dezembro 2021) conforme definido na contratação de cada operação.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Industrial ou equivalente	52.941	44.497	56.681	47.973
Suprimento a outras concessionárias	55.758	57.778	58.849	60.680
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	2.891	-	10.753
	108.699	105.166	115.530	119.406

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20.

6 | Investimentos

a. Movimentação dos saldos da controladora

CONTROLADORA						
	31/12/2021	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do período	Dividendos a receber	30/06/2022
Garrote	92.672	-	-	2.753	(5.920)	89.505
Santo Inácio III	117.090	-	-	3.923	(6.729)	114.284
São Raimundo	128.749	-	-	733	(2.564)	126.918
Santo Inácio IV	93.504	-	-	3.012	(6.647)	89.869
Acauã I	75.211	24.894	-	(1.400)	-	98.705
Acauã II	99.212	30.743	-	(886)	-	129.069
Acauã III	74.644	11.767	-	(1.112)	-	85.299
Gravier	294.073	91.798	-	(2.658)	-	383.213
Mais valia CESI	8.706	-	(150)	-	-	8.556
Juros capitalizados	61.977	-	(1.070)	-	-	60.907
Juros capitalizados em implantação	31.241	-	41.626	-	-	72.867
	1.077.079	159.202	40.406	4.365	(21.860)	1.259.192

CONTROLADORA							
	31/12/2020	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do Exercício	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	31/12/2021
Garrote	92.738	-	-	8.310	(6.401)	(1.975)	92.672
Santo Inácio III	115.227	-	-	9.443	(5.337)	(2.243)	117.090
São Raimundo	126.630	-	-	4.784	(1.794)	(871)	128.749
Santo Inácio IV	92.612	-	-	9.331	(6.223)	(2.216)	93.504
Acauã I	33.240	43.277	-	(1.306)	-	-	75.211
Acauã II	30.170	70.198	-	(1.156)	-	-	99.212
Acauã III	21.989	54.134	-	(1.479)	-	-	74.644
Gravier	76.585	219.651	-	(2.163)	-	-	294.073
Mais valia CESI	8.995	-	(289)	-	-	-	8.706
Juros capitalizados	64.022	-	(2.045)	-	-	-	61.977
Juros capitalizados em implantação	-	-	31.241	-	-	-	31.241
	662.208	387.260	28.907	25.764	(19.755)	(7.305)	1.077.079

Valores capitalizados CESI

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações contábeis da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2051). Em 30 de junho de 2022, o montante amortizado acumulado é de R\$10.674 (R\$9.604 em 31 de dezembro de 2021).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã e Gravier

A Central Eólica Gravier e o Projeto Eólico de Acauã encontram-se em fase de construção e por esse motivo, os juros da dívida estão sendo capitalizados no montante de R\$41.626 em 30 de junho de 2022 (R\$31.241 em 31 de dezembro de 2021).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.556 em 30 de junho de 2022 (R\$8.706 em 31 de dezembro de 2021) referente a mais valia aportado pelo acionista.

b. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as empresas abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como segue:

	30/06/2022					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.031	146.032	56.527	89.505	2.753	9.175
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	188.757	74.473	114.284	3.923	12.021
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	192.770	65.852	126.918	733	8.940
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	147.291	57.422	89.869	3.012	9.314
Central Eólica Acauã I S.A.	102.028	101.015	2.311	98.704	(1.400)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	131.670	132.431	3.361	129.070	(886)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	88.507	85.782	483	85.299	(1.112)	-
Central Eólica Gravier S.A.	388.354	391.286	8.073	383.213	(2.658)	-

	31/12/2021					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	85.182	144.357	136.047	86.336	8.310	22.977
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	108.726	186.188	176.745	109.890	9.443	28.777
Central Eólica São Raimundo S.A.	123.386	194.023	189.239	124.836	4.784	21.463
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	85.245	145.375	136.044	86.388	9.331	23.827
Central Eólica Acauã I S.A.	77.134	78.590	79.896	76.517	(1.306)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	100.927	101.271	102.427	100.838	(1.156)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	76.740	75.963	77.442	76.123	(1.479)	-
Central Eólica Gravier S.A.	296.557	296.977	299.140	296.237	(2.163)	-

Parque Eólico Santo Inácio ("CESI")

O CESI teve o início de operação em dezembro de 2017 e é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Santo Inácio III"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV"), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier ("Gravier")

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena estimada para outubro de 2022. O projeto contará com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã ("Acauãs")

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"). Localizada nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021 e operação comercial plena estimada para setembro de 2023 contará com 26 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	107.076	1.042.993	274.254	1.105.567	2.007	17.224	2.549.121
Adições	-	-	-	-	-	25.495	25.495
Baixas	-	-	-	(1.712)	(7)	(270)	(1.989)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.873)	-
Em 31/12/2021	109.911	1.043.850	275.038	1.111.152	2.100	30.576	2.572.627
Adições	1.995	170	268	479	4	6.954	9.870
Baixas	-	-	(1.513)	(434)	-	(2.268)	(4.215)
Transferência	-	-	-	138	-	(138)	-
Em 30/06/2022	111.906	1.044.020	273.793	1.111.335	2.104	35.124	2.578.282
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2020	(31.442)	(446.279)	(122.896)	(533.472)	(992)	(3.449)	(1.138.530)
Adições	(4.850)	(38.177)	(11.685)	(38.501)	(84)	(436)	(93.733)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
Em 31/12/2021	(36.292)	(484.456)	(134.581)	(571.023)	(1.070)	(3.885)	(1.231.307)
Adições	(2.232)	(16.904)	(5.299)	(17.251)	(30)	(209)	(41.925)
Baixas	-	-	1.513	232	-	-	1.745
Em 30/06/2022	(38.524)	(501.360)	(138.367)	(588.042)	(1.100)	(4.094)	(1.271.487)
Valor líquido							
Líquido em 31/12/2021	73.619	559.394	140.457	540.129	1.030	26.691	1.341.320
Líquido em 30/06/2022	73.382	542.660	135.426	523.293	1.004	31.030	1.306.795
Taxa média de depreciação	4,02%	3,24%	3,86%	3,10%	4,59%	1,27%	3,26%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	122.838	1.042.545	298.155	1.726.850	16.193	165.426	3.372.007
Adições	1.238	-	2	-	-	450.310	451.550
Baixas	-	-	-	(5.522)	(2.397)	(2.374)	(10.293)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.922)	(49)
Em 31/12/2021	126.911	1.043.402	298.941	1.728.625	13.896	601.440	3.813.215
Adições	3.329	170	270	479	4	206.240	210.492
Baixas	(3)	-	(1.513)	(434)	-	(2.268)	(4.218)
Transferência	-	-	-	169	-	(169)	-
Em 30/06/2022	130.237	1.043.572	297.698	1.728.839	13.900	805.243	4.019.489
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2020	(32.237)	(446.279)	(125.469)	(616.035)	(1.772)	(3.940)	(1.225.732)
Adições	(5.291)	(38.177)	(12.438)	(64.669)	(516)	(677)	(121.768)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
Em 31/12/2021	(37.528)	(484.456)	(137.907)	(679.754)	(2.282)	(4.617)	(1.346.544)
Adições	(2.466)	(16.904)	(5.726)	(30.388)	(260)	(281)	(56.025)
Baixas	2	-	1.513	232	124	-	1.871
Em 30/06/2022	(39.992)	(501.360)	(142.120)	(709.910)	(2.418)	(4.898)	(1.400.698)
Valor líquido							
Em 31/12/2021	89.383	558.946	161.034	1.048.871	11.614	596.823	2.466.671
Em 30/06/2022	90.245	542.212	155.578	1.018.929	11.482	800.345	2.618.791
Taxa média de depreciação	3,84%	3,24%	3,84%	3,52%	3,74%	0,08%	2,86%

(a) terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada as peças sobressalentes incluídas em tal rubrica.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$60.907 em 30 de junho 2022 (R\$61.503 em 31 de dezembro 2021). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado (consolidado) a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu Complexo Eólico de Santo Inácio, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esse parque e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. Em 30 de junho de 2022 o montante registrado é de R\$12.168 (R\$11.540 em 31 de dezembro de 2021).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização veja nota nº 13 provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 30 de junho de 2022, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios. Adicionalmente não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Concessão onerosa	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	111.407	141.780	1.131	1.669	1.267	431	257.685
Adições	77.871	10.090	-	140	500.842	-	588.943
Baixas	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	431	-	(431)	-
Em 31/12/2021	189.278	151.870	1.131	2.194	502.109	-	846.582
Adições	2.391	-	-	-	-	-	2.391
Baixas (a)	(91.158)	-	-	(27)	-	-	(91.185)
Em 30/06/2022	100.511	151.870	1.131	2.167	502.109	-	757.788
Amortização acumulada							
Em 31/12/2020	(91.980)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(140.408)
Adições	(16.530)	(7.908)	(49)	(74)	(10.300)	-	(34.861)
Baixas	-	-	-	46	-	-	46
Em 31/12/2021	(108.510)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.591)	-	(175.223)
Adições	(4.471)	(3.893)	(21)	(61)	(15.199)	-	(23.645)
Baixas (a)	91.158	-	-	-	-	-	91.158
Em 30/06/2022	(21.823)	(58.162)	(382)	(1.553)	(25.790)	-	(107.710)
Valor líquido							
Em 31/12/2021	80.768	97.601	770	702	491.518	-	671.359
Em 30/06/2022	78.688	93.708	749	614	476.319	-	650.078
Taxa média de amortização	6,17%	5,13%	3,71%	5,60%	6,05%	0,00%	5,90%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Concessão onerosa	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2020	30.395	112.884	141.780	1.131	1.669	1.267	431	289.557
Adições	-	80.262	10.090	-	140	500.842	401	591.735
Baixas	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	-	431	-	(382)	49
Em 31/12/2021	30.395	193.146	151.870	1.131	2.194	502.109	450	881.295
Adições	-	2.334	-	-	-	-	183	2.517
Baixas (a)	-	(93.455)	-	-	(27)	-	-	(93.482)
Transferências	-	-	-	-	49	-	(49)	-
Em 30/06/2022	30.395	102.025	151.870	1.131	2.216	502.109	584	790.330
Amortização acumulada								
Em 31/12/2020	(2.338)	(92.139)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(142.905)
Adições	(360)	(16.936)	(7.908)	(49)	(74)	(10.301)	-	(35.628)
Baixas	-	-	-	-	46	-	-	46
Em 31/12/2021	(2.698)	(109.075)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.592)	-	(178.487)
Adições	(133)	(4.628)	(3.893)	(21)	(61)	(15.199)	(9)	(23.944)
Baixas (a)	-	92.841	-	-	-	-	-	92.841
Em 30/06/2022	(2.831)	(20.862)	(58.162)	(382)	(1.553)	(25.791)	(9)	(109.590)
Valor líquido								
Em 31/12/2021	27.697	84.071	97.601	770	702	491.517	450	702.808
Em 30/06/2022	27.564	81.163	93.708	749	663	476.318	575	680.740
Taxa média de amortização	0,88%	6,27%	5,13%	3,71%	5,53%	6,05%	3,48%	5,73%

(a) Realizamos a baixa de licenças amortizadas totalmente amortizadas, ou seja, com o valor residual igual a zero e sem efeito no resultado da Companhia. O montante de baixa no individual e consolidado foi no montante de R\$91.158.

Os ativos intangíveis servidão, concessão onerosa e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Repactuação do risco hidrológico

Em 08 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 14.052 que alterou em partes a Lei nº 13.023 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de contratos firmados no ambiente de contratação livre ("ACL"). A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao

escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

Adicionalmente, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativo ao Consórcios de Porto Estrela, uma vez que há incertezas quanto ao pagamento da Utilização do Bem Público – UBP (concessão onerosa) que podem afetar de forma material a viabilidade econômica do projeto e, por consequência, a decisão da Companhia em aderir à repactuação. E quanto à Capim Branco II, a homologação na repactuação não ocorreu em função do processo de repactuação no ACR que ainda se encontra em andamento na ANEEL, os cálculos serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

Usina	Recuperação de custos	Extensão da concessão (anos)
Aimorés	114.566	3,91
Funil	60.546	4,37
Capim Branco I	116.776	6,24
Capim Branco II	91.666	5,40
Igarapava	96.445	2,69
Candongá	20.843	3,56
	500.842	

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	13.472	35.606	13.472	35.606
Fornecedores de materiais e serviços	10.155	22.042	24.162	33.637
Encargos de uso da rede elétrica	1.693	295	1.693	295
Câmara de comercialização de energia elétrica	3.104	-	3.887	-
	28.424	57.943	43.214	69.538

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 54 dias para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda	17.704	-	18.342	913
Contribuição social	2.872	-	3.233	805
	20.576	-	21.575	1.718

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	8.069	6.754	8.069	6.754
Provisão para demandas judiciais		-	190	190
Prejuízo fiscal e base negativa	3.308	19.530	3.308	19.530
Demais provisões	9.038	10.551	8.558	10.129
Provisões para compromissos socioambientais	(188)	939	123	1.234
Outros	477	301	922	733
	20.704	38.075	21.170	38.570
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(52.783)	(36.883)	(52.783)	(36.883)
Repactuação do risco hidrológico	(161.690)	(166.848)	(161.690)	(166.848)
Depreciação fiscal	(80.150)	(74.667)	(80.150)	(74.667)
	(294.623)	(278.398)	(294.623)	(278.398)
	(273.919)	(240.323)	(273.453)	(239.828)
Total do passivo	(273.919)	(240.323)	(273.919)	(239.828)
Total do ativo	-	-	466	-
	(273.919)	(240.323)	(273.453)	(239.828)

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. A realização do prejuízo fiscal e base negativa registrado em 2021 irá ocorrer até a apuração de 2023.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(240.323)	7.150	(239.828)	7.556
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(33.596)	(247.473)	(33.625)	(247.384)
Saldo no final do exercício	(273.919)	(240.323)	(273.453)	(239.828)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no segundo trimestre de 2022 é conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 à 30/06/2022	01/01/2021 à 30/06/2021	01/01/2022 à 30/06/2022	01/01/2021 à 30/06/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213.935	239.212	215.667	241.458
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(72.738)	(81.332)	(73.327)	(82.096)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.484	1.819	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	2.232	917
Créditos tributários não constituídos	-	-	(2.066)	(916)
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	146	-
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	24	-
Outros	(129)	(5)	(124)	331
Despesa no resultado	(71.383)	(79.518)	(73.115)	(81.764)
Imposto corrente	(37.787)	(78.254)	(39.490)	(80.366)
Imposto diferido	(33.596)	(1.264)	(33.625)	(1.398)
	(71.383)	(79.518)	(73.115)	(81.764)
Alíquota efetiva	33%	33%	34%	34%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 à 30/06/2022	01/04/2021 à 30/06/2021	01/04/2022 à 30/06/2022	01/04/2021 à 30/06/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.823	96.937	122.850	97.867
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(41.420)	(32.958)	(41.769)	(33.275)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	331	(396)	-	-
Créditos tributários não constituídos	-	-	(1.321)	(650)
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	899	(348)
Incentivo fiscal Sudene	-	-	(17)	-
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	94	-
Outros	(67)	98	(69)	87
Despesa no resultado	(41.156)	(33.256)	(42.183)	(34.186)
Imposto corrente	(22.398)	(35.195)	(23.387)	(36.108)
Imposto diferido	(18.758)	1.939	(18.796)	1.922
	(41.156)	(33.256)	(42.183)	(34.186)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	35%

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 12,19% a.a. e Porto Estrela 9,22% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2020	258.946	21.157	1.560	281.663
Efeitos financeiros reconhecidos	16.473	1.458	109	18.040
Amortizações	(23.478)	(2.946)	(199)	(26.623)
Saldo em 30/06/2021	251.941	19.669	1.470	273.080
Saldo em 31/12/2021	259.458	20.795	2.034	282.287
Efeitos financeiros reconhecidos	32.172	3.655	222	36.049
Amortizações	(31.873)	(3.941)	(261)	(36.075)
Saldo em 30/06/2022	259.757	20.509	1.995	282.261

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante	39.707	32.013
Passivo não circulante	242.554	250.274
	282.261	282.287

a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo para controladora e consolidado são conforme segue:

2023	(19.050)
2024	(35.350)
2025	(32.022)
2026	(29.017)
2027 a 2031	(109.184)
2032 em diante	(17.931)
	(242.554)

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Debêntures – 2ª emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	79.785	78.098	79.785	78.098
Debêntures – 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	299.684	298.707	299.684	298.707
Debêntures – 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	246.885	227.718	246.885	227.718
Debêntures – 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	238.327	-	238.327	-
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	192.822	197.134
Total				864.681	604.523	1.057.503	801.657
Classificadas como:							
Passivo circulante				134.172	90.427	145.116	101.306
Passivo não circulante				730.509	514.096	912.387	700.351
				864.681	604.523	1.057.503	801.657

a. DEBÊNTURES

As emissões de todas as debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia
5ª emissão	15/04/2022	240.000	14	Semestral	15/04/2023	Quirografia

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.407	280.352
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	476.394	476.394
Encargos financeiros	61.047	75.862
Amortização do principal	(3.362)	(13.560)
Amortização de juros	(2.963)	(17.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	604.523	801.657
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	233.090	233.140
Encargos financeiros	52.762	61.440
Amortização do principal	(10.880)	(15.871)
Amortização de juros	(14.814)	(22.863)
Saldo em 30 junho de 2022	864.681	1.057.503

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	30/06/2022	31/12/2021
TJLP	6,82%	5,32%
IPCA	11,89%	10,10%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	21.071	32.599
2024	44.452	56.955
2025	46.762	60.323
2026	48.394	67.699
2027	47.609	66.914
2028 a 2032	322.892	419.416
2033 a 2037	199.329	208.481
Financiamentos e debêntures	730.509	912.387

a. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais.

b. GARANTIAS

Em 30 de junho de 2022, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Aimorés	Candongá	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	CONTROLADORA	Centrais Eólicas (a)	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2020	13.364	920	-	6.386	3.237	-	23.907	15.552	39.459
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	(86)	-	(86)	(804)	(890)
Pagamentos	(6.635)	(102)	-	(1.263)	(181)	-	(8.181)	-	(8.181)
Atualização	130	33	-	263	119	-	545	519	1.064
Saldo em 30/06/2021	6.859	851	-	5.386	3.089	-	16.185	15.267	31.452
Saldo em 31/12/2021	67.513	498	7.687	4.190	1.301	4.416	85.605	14.111	99.716
Adições / (Baixas)	3.026	(19)	(561)	(420)	1.243	(879)	2.390	(1.055)	1.335
Pagamentos	(9.561)	(69)	(170)	(900)	(216)	(102)	(11.018)	-	(11.018)
Atualização	2.640	20	290	203	110	144	3.407	684	4.091
Saldo em 30/06/2022	63.618	430	7.246	3.073	2.438	3.579	80.384	13.740	94.124

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante	16.901	18.217	17.289	18.661
Passivo não circulante	63.483	67.388	76.835	81.055
	80.384	85.605	94.124	99.716

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a movimentação do saldo da controladora e consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	106.968	25.521	764	212.199	345.452
Adições/atualizações	-	477	-	-	477
Atualizações	9.561	2.362	19	27.617	39.559
Reversões/pagamentos	(577)	(2.725)	(23)	-	(3.325)
Saldo em 30/06/2021	115.952	25.635	760	239.816	382.163
Saldo em 31/12/2021	125.283	31.184	790	-	157.257
Adições	-	-	6	-	6
Atualizações	7.496	2.797	33	-	10.326
Reversões/pagamentos	-	(2.432)	(542)	-	(2.974)
Saldo em 30/06/2022	132.779	31.549	287	-	164.615

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- **Preservação permanente do entorno do reservatório**

Trata-se de ação civil pública que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHEs Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

O valor provisionado como perda provável é de R\$87.295 (R\$82.247 em 31 de dezembro de 2021).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ambiental	39.829	37.448	40.519	38.035
Cíveis	55.878	51.111	55.982	51.200
Regulatório	27.913	26.287	27.935	26.309
Tributário	78.793	75.423	78.793	75.423
Outras	70	72	70	72
	202.483	190.341	203.299	191.039

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	771	751	771	751
Cíveis	383	359	394	369
Ambiental	6.390	5.976	6.390	5.976
	7.544	7.086	7.555	7.096

Exceto pelo descrito anteriormente, em 30 de junho de 2022, não ocorreram atualizações significativas nos demais processos avaliados como sendo de risco provável ou possível. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

15 | Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	30/06/2022		31/12/2021	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

Em 30 de abril de 2022, foi aprovado na reunião de conselho administração a destinação dos dividendos a pagar para a conta de reserva de lucro a realizar. Dessa forma, em 30 de junho de 2022 o montante a pagar é de R\$ 220.000 (R\$505.836 em 31 de dezembro de 2021) e a constituição da reserva de lucros no montante de R\$285.835 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro líquido do período	142.552	159.694
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,11	0,12

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Lucro líquido do período	80.667	63.681
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	0,06	0,05

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	591.899	561.524	640.578	606.900
Transações com energia na CCEE	1.350	415	1.538	4.122
Receita bruta pela prestação de serviços	562	503	65	84
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(79.931)	(76.234)	(89.346)	(84.844)
	513.880	486.208	552.835	526.262

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	294.771	258.090	319.417	280.456
Transações com energia na CCEE	-	-	(59)	-
Receita bruta pela prestação de serviços	281	254	31	(25)
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(37.315)	(34.270)	(42.188)	(38.723)
	257.737	224.074	277.201	241.708

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Industrial ou equivalente	296.292	278.653	326.321	305.498
Suprimento Geração 3 ^{as}	12.303	6.270	12.303	6.270
Suprimento a outras concessionárias	283.304	276.601	301.954	295.132
	591.899	561.524	640.578	606.900

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Industrial ou equivalente	150.734	134.023	166.004	147.869
Suprimento Geração 3 ^{as}	4.184	-	4.184	-
Suprimento a outras concessionárias	139.853	124.067	149.229	132.587
	294.771	258.090	319.417	280.456

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Tributos sobre a receita				
PIS	(9.690)	(9.260)	(10.060)	(9.640)
COFINS	(44.632)	(42.651)	(46.338)	(44.407)
ICMS - substituição tributária	(6.732)	(8.291)	(13.905)	(14.602)
ISS	(28)	(25)	(26)	(25)
	(61.082)	(60.227)	(70.329)	(68.674)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(11.737)	(9.217)	(11.737)	(9.217)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.979)	(1.912)	(2.147)	(2.075)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(2.053)	(976)	(2.053)	(976)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(1.027)	(1.951)	(1.027)	(1.951)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.053)	(1.951)	(2.053)	(1.951)
	(18.849)	(16.007)	(19.017)	(16.170)
	(79.931)	(76.234)	(89.346)	(84.844)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Tributos sobre a receita				
PIS	(4.835)	(4.240)	(5.020)	(4.409)
COFINS	(22.271)	(19.528)	(23.119)	(20.310)
ICMS - substituição tributária	(2.004)	(3.938)	(5.764)	(7.359)
ISS	(14)	(13)	(12)	(13)
	(29.124)	(27.719)	(33.915)	(32.091)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(4.625)	(3.354)	(4.625)	(3.354)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(990)	(956)	(1.073)	(1.037)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.030)	(896)	(1.030)	(896)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(515)	(449)	(515)	(449)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.031)	(896)	(1.030)	(896)
	(8.191)	(6.551)	(8.273)	(6.632)
	(37.315)	(34.270)	(42.188)	(38.723)

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA PARA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(106.184)	(104.820)	(109.106)	(109.773)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	2.399	26.418	2.399	26.418
Depreciação e amortização	(65.090)	(66.814)	(79.489)	(81.583)
Serviços de terceiros	(18.413)	(18.811)	(25.301)	(24.146)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(36.874)	(28.328)	(42.819)	(30.369)
Pessoal	(18.714)	(14.832)	(18.714)	(14.896)
Materiais	(6.079)	(2.019)	(6.108)	(2.035)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(9.189)	(6.379)	(8.579)	(5.405)
	(258.144)	(215.585)	(287.717)	(241.789)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(40.670)	(57.289)	(42.954)	(60.807)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	1.906	20.548	1.906	20.548
Depreciação e amortização	(32.569)	(33.118)	(39.593)	(40.498)
Serviços de terceiros	(8.859)	(11.638)	(12.593)	(15.090)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(18.190)	(14.111)	(21.651)	(15.131)
Pessoal	(8.457)	(7.717)	(8.457)	(7.752)
Materiais	(5.080)	(1.082)	(5.097)	(1.090)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4.331)	(2.683)	(4.063)	(2.083)
	(116.250)	(107.090)	(132.502)	(121.903)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Pessoal	(8.332)	(7.086)	(8.332)	(7.086)
Serviços de terceiros	(5.797)	(4.881)	(6.363)	(5.845)
Participação dos empregados no resultado	(2.315)	(958)	(2.315)	(958)
Depreciação e amortização	(480)	(446)	(480)	(624)
Contingências	(915)	(406)	(918)	(406)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(3.322)	(2.598)	(4.716)	(3.781)
Resultado de equivalência patrimonial	4.365	5.351	-	-
Amortização do ágio	(150)	(176)	-	-
	(16.946)	(11.200)	(23.124)	(18.700)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Pessoal	(4.279)	(3.721)	(4.279)	(3.721)
Serviços de terceiros	(2.641)	(2.901)	(2.929)	(3.597)
Participação dos empregados no resultado	(779)	(646)	(779)	(646)
Depreciação e amortização	(197)	(230)	(195)	(318)
Contingências	(684)	(276)	(687)	(276)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.106)	(977)	(2.620)	(1.517)
Resultado de equivalência patrimonial	975	(1.164)	-	-
Amortização do ágio	(75)	(88)	-	-
	(9.786)	(10.003)	(11.489)	(10.075)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	24.980	8.380	33.276	9.636
Receita financeira - CCEE	52	1.336	274	4.173
Outras	1.209	1.831	1.230	1.861
	26.241	11.547	34.780	15.670
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(36.049)	(18.040)	(36.049)	(18.040)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(3.407)	(545)	(4.091)	(1.064)
Encargos de financiamentos e debêntures	(11.136)	(12.631)	(19.814)	(19.841)
Outras	(504)	(542)	(1.153)	(1.040)
	(51.096)	(31.758)	(61.107)	(39.985)
	(24.855)	(20.211)	(26.327)	(24.315)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	15.620	5.387	20.323	6.186
Receita financeira - CCEE	52	718	274	2.217
Outras	843	174	697	183
	16.515	6.279	21.294	8.586
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(18.063)	(8.998)	(18.063)	(8.998)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(1.635)	(224)	(2.017)	(465)
Encargos de financiamentos e debêntures	(6.544)	(6.861)	(11.034)	(10.497)
Outras	(151)	(240)	(540)	(489)
	(26.393)	(16.323)	(31.654)	(20.449)
	(9.878)	(10.044)	(10.360)	(11.863)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contas a receber								
Venda de energia	-	-	52.754	44.315	17.266	16.785	70.020	61.100
Serviços de <i>backoffice</i>	290	273	-	-	-	-	290	273
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	100.389	96.425	55.043	52.497	155.432	148.922
Dividendos a receber	29.165	7.517	-	-	-	-	29.165	7.517
Contas a pagar								
Serviços de O&M	-	-	-	-	474	780	474	780
Dividendos a pagar	-	-	121.000	278.210	99.000	227.626	220.000	505.836
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	1.693	295	1.693	295
	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	295.676	296.729	108.242	93.277	403.918	390.006
Receita com serviços de <i>backoffice</i>	466	421	-	-	-	-	466	421
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(27.354)	(19.899)	(27.354)	(19.899)
Custo com O&M	-	-	(30)	-	(2.089)	(2.409)	(2.119)	(2.409)
Compra de energia	-	-	(2.228)	(12.379)	-	-	(2.228)	(12.379)
Outras despesas	-	-	(542)	-	-	-	(542)	-
Recuperação de despesas	900	673	-	-	-	-	900	673

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 30 de junho de 2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.316, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$2.376 em 30 de junho de 2021). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	483.620	274.232	630.285	378.108
Aplicações financeiras	191.079	140.378	212.350	178.942
Contas a receber	108.699	105.166	115.530	119.406
Outros valores a receber	40.217	27.629	40.562	28.269
Outros valores a receber de partes relacionadas	260.184	148.922	155.432	148.922
	1.083.800	696.327	1.154.161	853.647
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	28.424	57.943	43.214	69.538
Financiamentos e debêntures	864.681	604.523	1.057.503	801.657
Arrendamentos	3.853	4.195	18.331	17.411
Concessões a pagar	282.261	282.287	282.261	282.287
	1.179.220	948.948	1.401.307	1.170.893

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Concessões a pagar	282.261	347.338	282.287	323.314
Arrendamentos	3.853	3.833	4.195	4.165
Financiamentos e debêntures	864.681	868.988	604.523	604.523
	1.150.795	1.220.159	891.005	932.002

	CONSOLIDADO			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Financiamentos e debêntures	1.057.503	1.061.810	801.657	801.657
Arrendamentos	18.331	17.905	17.441	17.003
Concessões a pagar	282.261	347.338	282.287	323.314
	1.358.095	1.427.053.746	1.101.385	1.141.974

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 30 de junho de 2022. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 12) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 30 de junho de 2022.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

- **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2022, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 4,55% e o CDI acumulado será de 10,96% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	30/06/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,47%	Cenário I CDI 15,59%	Cenário II CDI 18,71%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	673.929	757.968	778.995	800.021
Ativo exposto	673.929	757.968	778.995	800.021
Efeito no resultado		84.039	105.066	126.092

	30/06/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 5,04%	Cenário I IPCA 6,3%	Cenário II IPCA 7,56%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(864.680)	(908.260)	(919.155)	(930.050)
Passivo exposto	(864.680)	(908.260)	(919.155)	(930.050)
Efeito no resultado		(43.580)	(54.475)	(65.370)
Efeito líquido da variação do CDI no resultado		40.459	50.591	60.722

b. CONSOLIDADO:

Descritivo	30/06/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,47%	Cenário I CDI 15,59%	Cenário II CDI 18,71%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	841.863	946.843	973.109	999.376
Ativo exposto	841.863	946.843	973.109	999.376
Efeito no resultado		104.980	131.246	157.513

Descritivo	30/06/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 5,04%	Cenário I IPCA 6,3%	Cenário II IPCA 7,56%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(864.680)	(908.260)	(919.155)	(930.050)
Passivo exposto	(864.680)	(908.260)	(919.155)	(930.050)
Efeito no resultado		(43.580)	(54.475)	(65.370)

Descritivo	30/06/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 6,82%	Cenário I TJLP 8,53%	Cenário II TJLP 10,23%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(192.822)	(205.972)	(209.270)	(212.548)
Passivo exposto	(192.822)	(205.972)	(209.270)	(212.548)
Efeito no resultado		(13.150)	(16.448)	(19.726)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		48.250	60.323	72.417

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho 2022. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

• **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2022, a taxa IGP-M anualizada será de 4,71%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/06/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 4,71%	Cenário I IGP-M 5,89%	Cenário II IGP-M 7,07%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	282.261	295.555	298.886	302.217
Passivo líquido exposto	282.261	295.555	298.886	302.217
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		13.294	16.625	19.956

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	58.464	-	-	-	58.464
Financiamentos e debêntures	22.607	67.820	192.474	321.622	604.523
Concessões a pagar	9.320	30.386	128.900	113.655	282.261
	90.391	98.206	321.374	435.277	945.248
CONSOLIDADO	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	70.059	-	-	-	70.059
Financiamentos e debêntures	25.327	75.979	269.827	430.524	801.657
Concessões a pagar	9.320	30.386	128.900	113.655	282.261
	104.706	106.365	398.727	544.179	1.153.977

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31.12.2021, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 – Financiamentos e Debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	483.620	274.232	630.285	378.108
Aplicações financeiras	191.079	140.378	199.251	178.942
Contas a receber	108.699	105.166	115.530	119.406
Outros valores a receber de partes relacionadas	260.184	148.922	155.432	148.922
Total da exposição	1.043.582	668.698	1.100.498	825.378

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No período findo em 30 de junho de 2022, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$830 (R\$589 em 30 de junho de 2020).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$719.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2023.

22 | Compromissos

Em 30 de junho de 2022, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

- A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$87.790.
- Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$3.655; Santo Inácio IV no valor de R\$2.772; Garrote no valor de R\$2.772; e São Raimundo no valor de R\$2.898.

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2022	2023	2024	2025	2026
Garantia Física	635,67	656,29	668,32	668,32	668,32
Garantia Física no CG	619,15	639,68	651,66	651,66	651,66
Contratos de Compra	122,79	32,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Venda	625,60	592,69	568,46	568,46	568,46
Distribuidor	27,55%	29,08%	30,32%	30,32%	30,32%
Autoprodutor	63,63%	64,11%	64,50%	64,50%	64,50%
Gerador	8,82%	6,82%	5,19%	5,19%	5,19%
Comercializador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Contratado	101,04%	92,66%	87,23%	87,23%	87,23%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- Consideramos o retorno da operação comercial da UHE Risoleta Neves em 21 de julho de 2022;
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 02 de março 2021 para todo o horizonte; e
- Os contratos de venda da Companhia reduzem a partir de 2022 em função da operação de SWAP com os projetos das Centrais Eólicas Acauãs e Gravier.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de demandas judiciais (1)	6.510	8.688	6.510	8.688
Provisão para compromissos futuros	2.390	(86)	1.335	(890)
Juros capitalizados	41.626	4.973	-	-
Outros valores a receber de controladas (2)	104.752	-	-	-
Dividendos a receber	21.860	4.001	-	-
	177.138	17.576	7.845	7.798

- 1) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas.
- 2) Valores a receber devido à redução de capital das Centrais Eólicas de Santo Inácio.

24 | Eventos subsequentes

a. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

Em 29 de julho de 2022 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$220.000.

b. APORTES EM CONTROLADAS

Em julho de 2022 a Aliança realizou aportes para aumento de capital nas Centrais Eólicas Acauã I, II, III e Gravier, perfazendo os respectivos montantes de R\$6.461, R\$7.328, R\$2.235 e R\$8.335.

DIRETORIA

Cibele Soares Dias Dos Anjos
Diretora de Comercialização e de Engenharia

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0181224

Passo 3 - Digite a senha: T01FL0cn